

# DIÁRIO OFICIAL



## Câmara Municipal de Barbalha

Ano XIII, No. 1195 - Barbalha-CE, Quinta-feira, dia 21 de Dezembro de 2023. - CADERNO 01/01 -

Pag. 01

### HISTÓRIA

O Diário Oficial do Poder Legislativo da cidade de Barbalha foi idealizado pelos Servidores Efetivos do Poder Legislativo e criado pela Resolução No. 04/2011, no dia 30 de Maio de 2011, quando foi ao ar sua primeira edição. O Diário tem por objetivo dar cumprimento ao princípio da Publicidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal, além da obrigação prevista no Regimento Interno da Casa do Povo Barbalhense para que as matérias legislativas fossem publicadas para dar conhecimento ao povo. O Diário Oficial é editado, diagramado, organizado e publicado pelo Centro Integrado de Educação e Cultura – CIEC e sob a responsabilidade de Servidores efetivos do próprio Poder Legislativo Municipal. E-mail: [diariooficialcambar@gmail.com](mailto:diariooficialcambar@gmail.com) – site: [www.camaradebarbalha.ce.gov.br](http://www.camaradebarbalha.ce.gov.br)

#### MESA DIRETORA

##### Presidente

Odair José de Matos – PT

##### Vice-Presidente

Carlos André Feitosa Pereira – PSB

##### 1º. Secretário

Dorivan Amaro dos Santos

##### 2º. Secretária

Luana dos Santos Gouvêa – MDB

#### DEMAIS VEREADORES

- \* Antônio Ferreira de Santana – PCdoB
- \* Antônio Hamilton Ferreira Lira – PDT
- \* Efigênia Mendes Garcia – PSDB
- \* Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles – PSDB
- \* Epitácio Saraiva da Cruz Neto – PSDB
- \* Eufrázio Parente de Sá Barreto - PSDB
- \* Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior - PCdoB
- \* Isac Dié Romão Batista
- \* João Bosco de Lima – PROS
- \* João Ilânio Sampaio – PDT
- \* Vicente Eugênio Pereira - PCdoB

#### COMISSÕES PERMANENTES

Constituição, Justiça e Legislação Participativa

Antônio Hamilton Ferreira Lira, Dorivan Amaro dos Santos e Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior

Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor

Antônio Ferreira de Santana, Epitácio Saraiva da Cruz Neto e João Ilânio Sampaio.

Obras e Serviços Públicos

Antônio Ferreira de Santana, Antônio Hamilton Ferreira Lira e Eufrázio Parente de Sá Barreto.

Educação, Saúde e Assistência

Luana dos Santos Gouvêa, João Ilânio Sampaio e Efigênia Mendes Garcia

Ética e Decoro Parlamentar

Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior e João Bosco de Lima.

Juventude

Dorivan Amaro dos Santos e Luana dos Santos Gouvêa

Segurança Pública e Defesa Social

Epitácio Saraiva da Cruz Neto e Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles

#### DIREÇÃO GERAL DA CÂMARA

CARLOS TAFAREL DA SILVA RAFAEL+

#### ASSESSOR DA MESA

ANTONIO LINCOLN CARNEIRO DE OLIVEIRA

#### COORDENACÃO DO DIÁRIO OFICIAL

CÍCERO SANTOS DA SILVA

### PUBLICAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

#### DECRETOS LEGISLATIVOS

##### DECRETO Nº. 18/2023

**ESTABELECE RECESSO E SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA/CE, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 32, inciso XIII do Regimento Interno, Resolução n.º 08/2005, de 28/11/2005, e,

**CONSIDERANDO** as festividades de final de ano tornando-se necessário disciplinar as atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo de Barbalha;

**CONSIDERANDO** o recesso Parlamentar no período de 23 de dezembro de 2023 a 14 de janeiro de 2024,

#### DECRETA:

**Art. 1º.** Estabelecer recesso administrativo na sede e anexo do Gabinete dos Vereadores da Câmara Municipal de Barbalha, no período de **26 a 29 de dezembro de 2023**, em virtude das festividades natalinas e de final de ano.

**Art. 2º.** Suspender o expediente administrativo, através de ponto facultativo, da sede e Gabinete dos Vereadores da Câmara Municipal de Barbalha, no período de **02 a 12 de janeiro de 2024**, em face do recesso Parlamentar.

**Parágrafo único.** Determinar retorno às atividades administrativas os servidores vinculados ao Legislativo e anexo Gabinete dos Vereadores, bem como os servidores ocupantes do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no dia **12 de janeiro de 2024** em função da necessidade de providências internas e de fechamento de pauta para o início do período Legislativo de 2024.

**Art. 3º.** Poderá haver expediente interno, nos demais setores, durante o período estipulado nos artigos 1º e 2º deste Decreto, pela necessidade do serviço e conveniências dos superiores imediatos, sem acréscimos financeiros.

**Parágrafo único.** Determinar que os servidores que exercem os cargos de Agente Patrimonial, Gerente de Núcleo Patrimonial e Auxiliar de Serviços Gerais executem as atividades através de revezamentos, objetivando a permanência de pessoal em todo o período estipulado nos artigos 1º e 2º deste Decreto, considerando a necessidade de preservação do patrimônio da Câmara Municipal de Barbalha.

**Art. 4º.** Não está incluído neste Decreto a Casa do Cidadão, considerando que seguirá as determinações das Instituições do Estado.

**Parágrafo único.** A Gerência da Câmara Municipal de Barbalha manterá contato com a Coordenação da Casa do Cidadão para estabelecer, de comum acordo, uma possível escala de

revezamento para os servidores da Câmara Municipal de Barbalha que executam atividades naquele órgão, durante o período estipulado nos artigos 1º e 2º deste Decreto.

**Art. 5º.** Ficam, ainda, todos os servidores de sobreaviso, para se necessário, repassar por telefone toda e qualquer informação/orientação que se fizer necessária sobre as funções que exerce.

**Art. 6º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,  
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha  
em 21 de dezembro de 2023.

**ODAIR JOSÉ DE MATOS**  
Presidente da Câmara Municipal

**ATAS DAS SESSÕES**

Ata da 88ª Sessão Ordinária do 2º  
Período Legislativo da Câmara Municipal de Barbalha no ano de 2023.

Presidência: Odaír José de Matos

Ausente na Sessão: Vereador Epitácio Saraiva da Cruz Neto; Vereador Eufrázio Parente de Sá Barreto – Farrim; Vereador Isaac Dié Romão Batista.

Às 17h27min (dezessete horas e vinte e sete minutos) do dia 18 (dezoito) de dezembro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), no Plenário da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, sito à Rua Sete de setembro, 77 – Centro, nesta Cidade de Barbalha-CE, onde presentes estavam os seguintes Vereadores: **André Feitosa, Antônio Ferreira de Santana, Antônio Hamilton Ferreira Lira, Dorivan Amaro dos Santos, Efigênia Mendes Garcia, Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles, Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior, João Bosco de Lima, João Ilânio Sampaio, Luana dos Santos Gouvêa, Odaír José de Matos e Vicente Eugênio Pereira.** O Presidente constatou que havia número legal de vereadores e nos termos do inciso XXV, letra “C”, do art. 32 do Regimento Interno, declarou aberta a Sessão, convidando o edil João Ilânio Sampaio para fazer a ORAÇÃO DA TARDE. Nos termos do Art. 144 do Regimento Interno, passamos a **LEITURA DO MATERIAL DE EXPEDIENTE:** ATAS: Ata da 87ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Barbalha. **CORRESPONDÊNCIAS:** Ofício Nº 1312001/2023, da Procuradoria Geral do Município, em resposta ao Ofício Nº 1711004/2023, referente ao Requerimento Nº 444/2023. **Projeto de Lei Nº 101/2023, de autoria do Vereador Dorivan Amaro dos Santos**, que cria e delimita o Bairro José Barreto Sampaio e dá outras providências. **Projeto de Lei Nº 102/2023, de autoria do Vereador Odaír José de Matos**, que denomina logradouro público que indica e dá outras providências. **Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Legislação Participativa Nº 101/2023, para tramitação do Projeto de Lei Nº 76/2023, de autoria do Executivo Municipal**, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA – do Município de Barbalha para o Exercício Financeiro de 2024, onde estima receita e fixa a despesa e dá outras providências. **Parecer da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Defesa do Consumidor Nº 33/2023, para tramitação do Projeto de Lei Nº 76/2023, de autoria do Executivo Municipal**, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA – do Município de Barbalha para o Exercício Financeiro de 2024, onde estima receita e fixa a despesa e dá outras providências. **Parecer da Comissão Permanente de Obras e Serviços Públicos Nº 14/2023, para tramitação do Projeto de Lei Nº 76/2023, de autoria do Executivo Municipal**, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA – do Município de Barbalha para o Exercício Financeiro de 2024, onde estima receita e fixa a despesa e dá outras providências. **Parecer da Comissão Permanente de**

**Educação, Saúde e Assistência Nº 24/2023, para tramitação do Projeto de Lei Nº 76/2023, de autoria do Executivo Municipal**, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA – do Município de Barbalha para o Exercício Financeiro de 2024, onde estima receita e fixa a despesa e dá outras providências. **Emenda Modificativa Nº 01/2023 ao Projeto de Lei Nº 76/2023 – LOA, de autoria do Vereador Odaír José de Matos.** – Segue o texto da Emenda: **EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2023 AO PROJETO DE LEI Nº 76/2023 – LOA, Emenda ao Projeto de Lei nº 076/2023, que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de Barbalha para o Exercício de 2024, e dá outras providências".** O Vereador Odaír José de Matos, usando das atribuições que são conferidas aos Edis deste Poder Legislativo e de acordo com o Art. 165 e 166 da Constituição Federal e Artigo 41 a 45 da lei Orgânica Municipal, apresentamos ao projeto de lei em epígrafe a inclusão de uma Emenda ao Orçamento Municipal, para o exercício programa de 2024. 01) A Emenda aqui apresentada deverá ser criada na Secretaria de Saúde levando em conta os seguintes valores e objetivos: Remanejamento de recursos orçamentários da ordem de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), constantes do Projeto de Lei nº 076/2023, para a seguinte dotação orçamentária: **08 - Secretaria de Saúde** 10.301.0012.2.095 – Gestão, Fortalecimento e Expansão da Atenção Básica de Saúde. 31.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado – R\$ 40.000,00. 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil – R\$ 110.000,00. 31.90.36.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 30.000,00. 31.90.39.00 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 120.000,00. **Finalidade:** Para execução dos recursos, o Município de Barbalha trabalhará em cooperação com outros setores públicos, com a iniciativa privada, com entidades civis e organizações profissionais e científicas, realizará junto às escolas e à sociedade em geral, as seguintes atividades relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista, sem prejuízo de outras: **I** - Esclarecer quanto ao que é autismo, acompanhamento médico, exames, apoio familiar e comunitário às pessoas com transtorno do espectro autista; **II** - Intensificar a integração das pessoas autistas em todos os níveis sociais, buscando a socialização e o convívio saudável com outras pessoas; **III** – Estimular a criação de espaços para os autistas participarem de programas voltados para a educação, o lazer, a recreação, o turismo e a cultura; **IV** – Promover a capacitação de profissionais de saúde e educação para avaliar e atuar adequadamente com as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista e também com outros transtornos ou/e deficiências, estimulando os pais ou responsáveis desde o nascimento a buscar auxílio e ajuda profissional; **V** – Promover campanhas educativas, o que também, poderá ser inserido junto às escolas, visando a conscientização quanto às problemáticas enfrentadas pelas pessoas e seus familiares; **VI** – Realizar seminários, palestras, encontros, panfletagem direcionadas à atenção necessária às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e atividades afins, com vistas à troca de experiências e informações entre familiares, pessoas envolvidas com pessoas autistas e com a própria sociedade, com a participação de psicólogos, médicos, sociólogos, magistrados, advogados, promotores de justiça, professores e pedagogos e demais profissionais que atuam na formação, educação, preservação da saúde e promoção dos direitos da criança e do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência; **VII** - Promover intercâmbio de informações com a comunidade, visando a inclusão social, a convivência igualitária e respeitosa. 03) A presente Emenda Impositiva será coberta com recurso proveniente da seguinte dotação: **20 – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão** 28.843.0071.2.147 – Gerenciamento e Controle de Dívida Pública Municipal. 46.90.71.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatada – R\$ 300.000,00. 04) Após sua aprovação, a Emenda deverá ser incluída na Lei Municipal do Plano Plurianual-PPA para o quadriênio de 2022-2025, para o exercício programa 2024 e na Lei Municipal que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício programa 2024, para fins de perfeita harmonia das peças orçamentárias, dada à exigência da compatibilidade desses instrumentos legais. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha/CE, em 07 de dezembro de 2023. **ODAIR JOSÉ DE MATOS.** Vereador-presidente da Câmara Municipal de Barbalha. **Emenda Modificativa verbal Nº 01/2023 ao Projeto de Lei Nº 76/2023 – LOA, de autoria dos Vereadores Dorivan Amaro dos**

**Santos e Odair José de Matos.** – Segue o texto da Emenda: **EMENDA MODIFICATIVA VERBAL Nº 01/2023 AO PROJETO DE LEI Nº 76/2023 – LOA, Emenda ao Projeto de Lei nº 76/2023, que "Estima a receita e fixa a despesa do Município de Barbalha para o Exercício de 2024, e dá outras providências"**. Os Vereadores Dorivan Amaro dos Santos e Odair José de Matos, usando das atribuições que são conferidas aos Edis deste Poder Legislativo e de acordo com o Art. 165 e 166 da Constituição Federal e artigo XXX da lei Orgânica Municipal, apresentamos ao projeto de lei em epígrafe a inclusão de uma Emenda ao Orçamento Municipal, para o exercício programa de 2024. 01) A Emenda aqui apresentada deverá ser criada na Secretaria de Cultura e Turismo, levando conta os seguintes objetivos: a) Inclusão de dispositivo que assegure a aplicação mínima de 6% (seis por cento) dos recursos orçamentários da Secretaria de Cultura e Turismo, no Carnaval de Barbalha 2024. b) Inclusão de dispositivo que assegure a aplicação mínima de 2% (dois por cento) dos recursos orçamentários da Secretaria de Cultura e Turismo, nos eventos da Semana Santa de 2024. C) Inclusão de dispositivo que assegure a aplicação mínima de 2% (dois por cento) dos recursos orçamentários da Secretaria de Cultura e Turismo, nos festejos juninos de Barbalha, em 2024. D) Inclusão de dispositivo que assegure a aplicação mínima de 1,5% (hum e meio por cento) dos recursos orçamentários da Secretaria de Cultura e Turismo, nos eventos natalinos de Barbalha, em 2024. 01) Após sua aprovação, a Emenda deverá ser incluída na Lei Municipal do Plano Plurianual-PPA para o quadriênio de 2022-2025, para o exercício programa 2024 e na Lei Municipal que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício programa 2024, para fins de perfeita harmonia das peças orçamentárias, dada à exigência da compatibilidade desses instrumentos legais. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha/CE, em 07 de dezembro de 2023. Dorivan Amaro dos Santos Vereador Autor; Odair José de Matos Vereador Autor; André Feitosa Vereador Coautor; Antônio Ferreira de Santana Vereador Coautor; Antônio Hamilton Ferreira Lira Vereador Coautor; Efigênia Mendes Garcia Vereadora Coautora; Eptácio Saraiva da Cruz Neto Vereador Coautor; Eufrásio Parente de Sá Barreto Vereador Coautor; Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles Vereador Coautor; Francisco Marcelo Saraiva Neves Junior Vereador Coautor; Isac Dié Romão Batista Vereador Coautor; João Bosco de Lima Vereador Coautor; João Ilânio Sampaio Vereador Coautor; Luana dos Santos Gouvêa Vereadora Coautora; Vicente Eugênio Pereira Vereador Coautor. Neste momento, o Presidente, Odair José de Matos, justificou a ausência na Sessão dos Vereadores Eptácio Saraiva da Cruz Neto; Vereador Eufrásio Parente de Sá Barreto – Farrim e Vereador Isaac Dié Romão Batista. **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei Nº 76/2023, de autoria do Executivo Municipal**, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA – do Município de Barbalha para o Exercício Financeiro de 2024, onde estima receita e fixa a despesa e dá outras providências, em votação. Sendo **aprovado** por unanimidade dos presentes em **2º TURNO**, com 11 (onze) votos favoráveis. **Emenda Modificativa Nº 01/2023 ao projeto de Lei Nº 76/2023 – LOA, de autoria do Vereador Odair José de Matos**, em votação. Sendo **aprovada** por unanimidade dos presentes, em **2º TURNO**, com 11 (onze) votos favoráveis. **Emenda Modificativa Verbal Nº 01/2023 ao Projeto de Lei Nº 76/2023 – LOA, de autoria dos Vereadores Dorivan Amaro dos Santos e Odair José de Matos**, em votação. Sendo **aprovada** por unanimidade dos presentes, em **2º TURNO**, com 11 (onze) votos favoráveis. **NÃO HOUVE PALAVRA FACULTADA.** O Presidente nos termos do art. 153 do Regimento Interno encerrou a Sessão às 17h38min (dezessete horas e trinta e oito minutos). E para tudo constar, eu Dorivan Amaro dos Santos, 1º Secretário, pelos apontamentos colhidos, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada. Os teores originais dos pronunciamentos, se encontram disponíveis para consultas ou controvérsias em relação a esta, no Arquivo Sonoro desta Casa.

## PROJETOS DE LEIS

**Mensagem nº. 21.11.004/2023 – GAB Barbalha/CE, 21 de novembro de 2023.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
Odair José de Matos  
Vereador  
Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE  
Nesta

## Ref. Mensagem Projeto de Lei.

SENHOR PRESIDENTE,  
DEMAIS PARES,

De antemão presto os devidos cumprimentos e respeito à Vossa Excelência, bem como aos demais nobres ocupantes da função legislativa que abrilhantam esta Augusta Casa, para a seguir expor a apreciação dos ilustres Pares, o Projeto de Lei acostado.

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.432/00, que estabelece as diretrizes para o ordenamento e desenvolvimento urbano no âmbito do Município de Barbalha/CE, com base nas premissas do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Considerando a necessidade de promover o ordenamento e desenvolvimento físico-territorial de Barbalha/CE com vistas a assegurar condições adequadas à implementação das atividades humanas, conforme preconizado pelo Estatuto da Cidade.

Considerando a importância de disciplinar o sistema viário e de transporte, capacitando-o a garantir a mobilidade, acessibilidade e qualidade de vida da população de Barbalha/CE, conforme estabelecido no Estatuto da Cidade e na Lei Municipal nº 1.432/00.

Considerando a relevância de reduzir as dificuldades de deslocamentos na cidade de Barbalha/CE causadas por barreiras físicas naturais, mediante infraestrutura de transposição e integração urbana, de acordo com os princípios do Estatuto da Cidade.

Considerando a importância de ajustar a oferta à demanda de transporte em Barbalha/CE, compatibilizando-a com as propostas de parcelamento, uso e ocupação do solo, conforme previsto no Estatuto da Cidade.

Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento urbano sustentável na região do Bairro Cidade Kariris e Sítio Lagoa, de forma a conciliar o crescimento urbano com a preservação ambiental.

Considerando a importância de requalificar a infraestrutura urbana, proporcionando melhorias na qualidade de vida da população, enquanto respeita os ecossistemas locais.

Considerando o interesse público na preservação e ampliação de áreas verdes na região, sempre diante da análise e aprovação do órgão ambiental competente.

Considerando o compromisso com a eficiência na utilização de recursos públicos, sem comprometer o equilíbrio ecológico da região.

Considerando a proposta de permuta de áreas por serviços, aceita pela empresa Vale do Cariri Empreendimentos Imobiliários LTDA, a ser submetida à análise do órgão ambiental competente.

Considerando a importância de estabelecer critérios claros para a permuta de áreas públicas por

melhorias urbanas, com a devida avaliação dos impactos ambientais.

Considerando a busca por uma distribuição adequada de áreas verdes para benefício da comunidade, conforme as diretrizes estabelecidas pelo órgão ambiental.

Considerando a intenção de assegurar a regularização e transferência de imóveis livres de ônus, sujeita à análise e aprovação do órgão ambiental competente.

Considerando a necessidade de adequar a legislação municipal para refletir os objetivos da requalificação urbana, em consonância com as exigências ambientais.

Considerando a propositura de alteração do projeto de loteamento devidamente registrado seja realizada por iniciativa do Município, no que diz respeito exclusivamente às áreas públicas, deverá ser apresentada comprovação da ciência ao loteador.

Considerando que o registro de que trata o art. 18, da Lei 6.766/79, não se aplica à subdivisão de terreno situado em zona urbanizada, mesmo que haja modificação no sistema viário oficial ou implique em abertura de rua, desde que aprovada pela Prefeitura Municipal e seja apresentado o projeto de subdivisão ao Registro de Imóveis acompanhado de declaração da Prefeitura de tratar-se de terreno integralmente urbanizado e com expressa dispensa de o parcelador realizar quaisquer melhoramentos públicos.

Considerando a colaboração entre setor público e privado na busca de soluções eficazes para o desenvolvimento urbano.

Apresentamos o presente PROJETO DE LEI DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA REGIÃO BAIRRO CIDADE KARIRIS E SÍTIO LAGOA NO MUNICÍPIO DE BARBALHA.

Diante da exposição acima registrada, exora-se a Vossas Excelências que apreciem, votem e aprovem o Projeto de Lei anexo, dentro dos preceitos estabelecidos pela Lei Orgânica Municipal, por ser de interesse da coletividade.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 20 de novembro de 2022.

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
*Prefeito Municipal de Barbalha/CE*

**PROJETO DE LEI Nº 93/2023 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023**

**DISPÕE SOBRE A REQUALIFICAÇÃO URBANA DA REGIÃO BAIRRO CIDADE KARIRIS E SÍTIO LAGOA NO MUNICÍPIO DE BARBALHA.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE, Barbalha e no Decreto Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com alterações da Lei nº 2.786/56 e Lei nº 6.602/78 encaminha o presente Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção do Prefeito:

**Art. 1º** - Fica instituída a Requalificação Urbana da Região do Bairro Cidade Kariris e Sítio Lagoa no Município de Barbalha/CE, como um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação de investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, promovendo a extensão e requalificação da Rua Paulo Tavares do Nascimento.

**§1º.** As obras ocorrerão mediante parceria com a empresa VALE DO CARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.586.316/0001-25, observando as disposições do Plano Diretor e Estatuto da Cidade que permitem a permuta de áreas públicas mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

**§2º.** A presente Lei definirá as áreas atingidas, indicará as alterações e compensações necessárias, definirá os imóveis cedidos pelo município e estabelecerá as contrapartidas a serem exigidas do particular.

**Art. 2º** - A requalificação da Rua Paulo Tavares do Nascimento compreende a execução de obras de infraestrutura urbana, com vistas à melhoria da mobilidade e da qualidade de vida na referida região de Barbalha/CE. As obras consistem na pavimentação em pedra tosca com rejuntamento, instalação de calçadas/passeios nas laterais da via, rede de iluminação pública, rede de água e execução da drenagem de águas pluviais, de acordo com os projetos e orçamentos elaborados pela municipalidade.

**Art. 3º** - Fica estabelecido que a empresa Vale do Cariri Empreendimentos Imobiliários LTDA é a responsável pela execução das obras de infraestrutura descritas no Artigo 2º desta Lei, cabendo à empresa conduzir as obras conforme demonstrado nos ANEXOS desta Lei e apresentados nos trechos definidos a seguir:

**I - Trecho 01:** Aquele que se inicia na Rua Projetada R e vai até a Rua João Evangelista Sampaio, com extensão de 854,00 metros.

**II - Trecho 02:** O que vai da Rua Projetada F até a Rua Projetada P, com extensão de 786,00 metros.

**§1º.** Além das responsabilidades mencionadas no caput deste artigo, a empresa Vale do Cariri Empreendimentos Imobiliários LTDA ficará encarregada de efetuar a transferência para a municipalidade, de todas as áreas particulares declaradas de interesse público em decorrência do impacto das obras de infraestrutura conforme decreto de interesse público. Essa transferência será realizada em conformidade com as normas legais aplicáveis, assegurando a preservação do interesse público e sem gerar qualquer custo adicional à municipalidade além dos indicados nesta lei.

**§2º.** A Vale do Cariri Empreendimentos Imobiliários LTDA deverá realizar as obras em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pela municipalidade e de acordo com os projetos previamente aprovados.

**Art. 4º** - Fica estabelecido que caberá à municipalidade, representada pelos órgãos competentes, a responsabilidade pela elaboração de todos os projetos necessários para a realização das obras de infraestrutura descritas no Artigo 2º desta Lei, bem como a notificação dos loteadores quanto a alteração do projeto de loteamento registrado. Isto inclui, mas não se limita a, projetos de engenharia, urbanismo, iluminação pública, pavimentação, calçadas/passeios, rede de água e drenagem de águas pluviais.

**§1º.** A municipalidade é encarregada de obter todas as licenças e autorizações necessárias para a execução das obras, garantindo o cumprimento de normas ambientais, regulamentações urbanísticas e quaisquer outros requisitos legais aplicáveis. A municipalidade



deverá assegurar que todos os projetos estejam em conformidade com as diretrizes e regulamentos vigentes.

**§2º.** A Vale do Cariri Empreendimentos Imobiliários LTDA deve cooperar plenamente com a municipalidade, fornecendo as informações e documentação necessárias para a elaboração dos projetos e a obtenção das licenças. A empresa deve cumprir todas as condições e restrições impostas pelas licenças e garantir a execução das obras de acordo com os projetos aprovados pela municipalidade e nos prazos estabelecidos.

**Art. 5º** - Para a execução das obras de infraestrutura urbana de extensão e requalificação da Rua Paulo Tavares do Nascimento, é necessária a desafetação das áreas públicas impactadas que passam a integrar a categoria dos bens patrimoniais do Município. Sendo elas:

**I.** O imóvel identificado como ÁREA INSTITUCIONAL do loteamento Lagoa Seca, cujos limites e medidas são: NORTE - limita-se com ÁREA VERDE, onde mede 97,12m; SUL limita-se com QUADRA 24, onde mede 97,116m; LESTE - limita-se com RUA PROJETADA 17, onde mede 146,65m; OESTE - limita-se com KARIRIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, onde mede 146,65m; ÁREA TOTAL: de 14.241,67m<sup>2</sup> (quatorze mil, duzentos e quarenta e um vírgula sessenta e sete metros quadrados).

**II.** O imóvel identificado como ÁREA VERDE do loteamento Lagoa Seca cujos limites e medidas são: NORTE- limita-se com LOTE 24 da Quadra 22 e Rua Projetada 16. onde mede 98,53m; SUL - limita-se com ÁREA INSTITUCIONAL, onde mede 97,12m; LESTE limita-se com Rua Projetada 17, onde mede 143,03m; OESTE - limita-se com KARIRIS EMPREENDIMENTOS LTDA, onde mede 159,64m; ÁREA TOTAL: de 14.697,26 m<sup>2</sup>(catorze mil, seiscentos e noventa e sete vírgula cinte e seis metros quadrados).

**III.** Uma área de 1.549,00 m<sup>2</sup> cuja descrição se inicia no vértice P01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-45°W, de coordenadas N 9.195.966,33m e E 466.639,87m; deste segue confrontando com a propriedade de QUADRA 18 DO LOTEAMENTO VALE DO CARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, com azimute de 157°27'49" por uma distância de 142,19m até o vértice P02, de coordenadas N 9.195.835,00m e E 466.694,37m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA VERDE DO LOTEAMENTO VALE DO CARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, com azimute de 264°41'17" por uma distância de 11,52m até o vértice P03, de coordenadas N 9.195.833,93m e E 466.682,90m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA VERDE 2 DO LOTEAMENTO LAGOA SECA I, com azimute de 337°27'49" por uma distância de 138,71m até o vértice P04, de coordenadas N 9.195.962,05m e E 466.629,73m; deste segue confrontando com a propriedade de QUADRA 24 DO LOTEAMENTO LAGOA SECA I, com azimute 67°07'17" por uma distância de 11,00m até o vértice P01, ponto inicial da descrição deste perímetro de 303,42 m. Conclui-se todo o perímetro do polígono com área total de 0,1549 ha ou 1.549,00 m<sup>2</sup>. Sendo tal área parte do imóvel identificado como ÁREA VERDE do loteamento Lagoa Seca cujos limites e medidas são: NORTE - limita-se com QUADRA 24, onde mede 97,12m; SUL - limita-se com MARIA DOLORES ROCHA CARVALHO, onde mede 101,86m; LESTE - limita-se com RUA PROJETADA 17, onde mede 143,03m; OESTE limita-se com KARIRIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, onde mede 112,33m; ÁREA TOTAL: 12.399,80m<sup>2</sup> (doze mil, trezentos e noventa e nove vírgula oitenta metros quadrados).

**IV.** Uma área de 2.191,70 m<sup>2</sup> inserida no Loteamento Vale do Cariri cujo registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis deste Município se deu sob a matrícula nº 13.354 e cuja descrição se inicia deste perímetro no vértice P01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-45°W, de coordenadas N 9.195.835,00m e E 466.694,37m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA VERDE DO LOTEAMENTO VALE DO CARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, com azimute de 152°04'58" por uma

distância de 3,76m até o vértice P02, de coordenadas N 9.195.831,67m e E 466.696,13m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA VERDE DO LOTEAMENTO VALE DO CARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, com azimute de 168°32'37" por uma distância de 177,47m até o vértice P03, de coordenadas N 9.195.657,74m e E 466.731,38m; deste segue confrontando com a propriedade de LOTEAMENTO VALE DO CARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA0101, com azimute de 248°29'04" por uma distância de 12,19m até o vértice P04, de coordenadas N 9.195.653,27m e E 466.720,04m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA VERDE DO LOTEAMENTO VALE DO CARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, com azimute de 348°32'33" por uma distância de 181,82m até o vértice P05, de coordenadas N 9.195.831,46m e E 466.683,92m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA VERDE DO LOTEAMENTO VALE DO CARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, com azimute de 337°27'50" por uma distância de 2,67m até o vértice P06, de coordenadas N 9.195.833,93m e E 466.682,90m; deste segue confrontando com a propriedade de LOTEAMENTO VALE DO CARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA01, com azimute 84°41'17" por uma distância de 11,52m até o vértice P01, ponto inicial da descrição deste perímetro de 389,42 m. Conclui-se todo o perímetro do polígono com área total de 0,2192 ha ou 2.191,70 m<sup>2</sup>.

**V.** Uma área de 13.070,64m<sup>2</sup> identificada como Área Institucional do Loteamento Vale do Cariri cujo registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis deste Município se deu sob a matrícula nº 13.354.

**§1º.** Os imóveis descritos neste artigo passam a integrar a categoria dos bens patrimoniais do Município e ficam disponíveis para alienação.

**Art. 6º** - A desafetação das áreas verdes, indicada no Artigo 5º desta Lei, se dá após análise técnica da Autarquia de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Barbalha (AMASBAR) que apresentou a necessidade da devida compensação, a fim de evitar prejuízos ao meio ambiente e assegurar a preservação das características ambientais da região. Essa compensação terá por objeto a melhor distribuição das áreas verdes e os benefícios relacionados às mesmas. A escolha das áreas que servirão como compensação foi determinada, considerando critérios que visam à otimização da preservação ambiental e ao equilíbrio ecológico do município. Sendo elas:

**I.** Imóvel identificado como AREA INSTITUCIONAL 02 do Loteamento de Acesso Controlado Barão de Araruna que conta com os seguintes limites e medidas: NORTE- TECNOLITY NORDESTE LTDA e Rua 04; LESTE- limita-se com TECNOLITY NORDESTE LTDA; OESTE - limita-se com Rua 04; ÁREA TOTAL: 1.341,75m<sup>2</sup> e perímetro de 354,68m.;

**II.** Imóvel identificado como AREA INSTITUCIONAL 03 do Loteamento de Acesso Controlado Barão de Araruna que conta com os seguintes limites e medidas: NORTE - limita-se com Terreno Sem Denominação Oficial; LESTE - limita-se com RUAS 12, 01 e 13; SUL - limita-se com MARCOS FERNANDES SAMPAIO; OESTE - limita-se com ANTONIO SAMPAIO; ÁREA TOTAL: 14.298,02m<sup>2</sup> e perímetro de 904,82m.

**III.** Imóvel identificado como AREA INSTITUCIONAL 01 do Loteamento Lagoa Seca 3 que conta com os seguintes limites: NORTE - limita-se com RUA SDO 12; SUL - limita-se com ÁREA VERDE 07; LESTE limita-se com KARIRIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; OESTE - limita-se com SDO 01; ÁREA TOTAL: 3.321,25m<sup>2</sup> (três mil, trezentos e vinte e um metros quadrados e vinte e cinco centímetros quadrados).

**Art. 7º** - Em face da contraprestação mencionada no Artigo 3º desta Lei a municipalidade cederá ao particular, conforme os termos do acordo firmado, áreas que sejam equivalentes e proporcionais, de modo a garantir uma compensação justa e adequada pelas obrigações impostas ao particular. Valor da avaliação R\$ 4.883.444,94 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos). Sendo objeto desta permuta e aptas a serem transferidas a empresa VALE DO KARIRI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 28.586.316/0001-25 as seguintes áreas:

- I.** Uma área de 13.070,64m<sup>2</sup> identificada como Área Institucional do Loteamento Vale do Kariri cujo registro junto ao Cartório de Registro de imóveis deste Município se deu sob a matrícula nº 13.354.
- II.** Uma área de 12.303,17m<sup>2</sup> cuja a descrição de perímetro se inicia no vértice -P-0001, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-39°W, de coordenadas N 9.196.234,657m e E 466.511,409m; deste segue confrontando com a Rua Paulo Tavares do Nascimento com azimute de 156°59'45" por uma distância de 146,65m até o vértice -P-0002, de coordenadas N 9.196.099,669m e E 466.568,720m; deste segue confrontando com a QUADRA 24, com azimute de 247°06'33" por uma distância de 83,75m até o vértice -P-0003, de coordenadas N 9.196.067,091m e E 466.491,561m; deste segue confrontando com a propriedade de CONDOMINIO CIDADE KARIRIS, com azimute de 336°53'09" por uma distância de 146,65m até o vértice -P-0004, de coordenadas N 9.196.201,969m e E 466.433,991m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA VERDE I, com azimute 67°06'33" por uma distância de 84,04m até o vértice -P-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro de 461,09m. Tal área se encontra inserida no imóvel anteriormente identificado como ÁREA INSTITUCIONAL do loteamento Lagoa Seca, cujos limites e medidas são: NORTE - limita-se com ÁREA VERDE, onde mede 97,12m; SUL limita-se com QUADRA 24, onde mede 97,116m; LESTE - limita-se com RUA PROJETADA 17, onde mede 146, 65m; OESTE - limita-se com KARIRIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, onde mede 146,65m; ÁREA TOTAL: de 14.241,67m<sup>2</sup> (quatorze mil, duzentos e quarenta e um vírgula sessenta e sete metros quadrados).
- III.** Uma área de 12.902,60 m<sup>2</sup> inserida em área pública do Loteamento Lagoa Seca, cujo registro junto ao Cartório de Registro de imóveis deste Município se deu sob a matrícula nº 6383, e cuja a descrição de perímetro se inicia o vértice -P-0001, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-39°W, de coordenadas N 9.196.370,600m e E 466.456,944m; deste segue confrontando com Rua Paulo Tavares do Nascimento, com azimute de 158°10'13" por uma distância de 146,45m até o vértice -P-0002, de coordenadas N 9.196.234,653m e E 466.511,401m; deste segue confrontando com a propriedade de ÁREA INSTITUCIONAL, com azimute de 247°06'33" por uma distância de 83,09m até o vértice -P-0003, de coordenadas N 9.196.202,334m e E 466.434,855m; deste segue confrontando com a propriedade de CONDOMINIO CIDADE KARIRIS, com azimute de 337°15'08" por uma distância de 159,64m até o vértice -P-0004, de coordenadas N 9.196.349,556m e E 466.373,126m; deste segue confrontando com a propriedade de RUA PROJETADA F, com azimute 75°54'22" por uma distância de 86,42m até o vértice -P-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro de 475,60 m. Tal área se encontra inserida no imóvel anteriormente identificado como ÁREA VERDE do loteamento Lagoa Seca cujos limites e medidas são: NORTE- limita-se com LOTE 24 da Quadra 22 e Rua Projetada 16. onde mede 98,53m; SUL - limita-se com ÁREA INSTITUCIONAL, onde mede 97,12m; LESTE limita-se com Rua Projetada 17, onde mede 143,03m; OESTE - limita-se com KARIRIS EMPREENDIMENTOS LTDA, onde mede 159,64m; ÁREA TOTAL: de 14.697,26 m<sup>2</sup> (catorze mil,

seiscentos e noventa e sete vírgula cinte e seis metros quadrados).

**Art. 8º** - As características gerais da obra de infraestrutura urbana, incluindo a extensão e requalificação da Rua Paulo Tavares do Nascimento, serão definidas em termo específico a ser firmado entre o particular e a municipalidade. Esse termo deve incluir a descrição da obra, os prazos, responsabilidades das partes e quaisquer outros detalhes relevantes.

**Art. 9º** - Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal nº 1.432/00, que dispõe sobre o sistema viário urbano de Barbalha/CE, para inclusão das seguintes vias na região do Bairro Cidade Kariris e Sítio Lagoa:

**I.** Rua Paulo Tavares do Nascimento, com início no cruzamento com a Rua Projetada F e término no entroncamento com a Rua João Evangelista Sampaio do Bairro Cidade Kariris, em Barbalha/CE, com largura de 7,00m (sete metros) e passeios de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de cada lado.

**§1º.** A via mencionada neste artigo passa a integrar o sistema viário urbano de Barbalha/CE, conforme as diretrizes da Lei Municipal nº 1.432/00 e do Estatuto da Cidade.

**§2º.** Desde já a Prefeitura Municipal de Barbalha/CE declara que as áreas particulares atingidas pelas obras de requalificação e objeto da permuta tratam de terrenos situados em vias públicas e integralmente urbanizados e com expressa dispensa de o parcelador realizar quaisquer melhoramentos públicos futuros.

**Art. 10** - Os imóveis a serem transferidos como parte da permuta, previstas nesta Lei, deverão ser entregues livres de qualquer ônus ou restrições que possam comprometer seu pleno uso e gozo. Além disso, fica determinado que esses imóveis deverão estar devidamente regularizados junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, assegurando a sua legalidade e a garantia de direitos aos futuros proprietários.

**§1º.** Os interessados apresentarão ao Cartório de Registro de Imóveis todas as documentações e informações necessárias para a devida

**§2º.** Caso se constatem divergências ou incongruências registraes quanto aos imóveis apontados nesta lei está autorizado o município, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a promover as tratativas e adotar as medidas necessárias junto ao Cartório de Registro de Imóveis para sanar as divergências sempre respeitando as informações contidas nesta lei e em seus anexos, o respeito ao patrimônio público, as áreas indicadas, os laudos e projetos apresentados

**Art. 11** - Fica autorizado ao empreendimento Loteamento Vale do Kariri, registrado no Cartório do 2º ofício da Comarca de Barbalha-CE, RGI nº 13.354, alterar o seu registro público que fora concebido conforme projeto originalmente aprovado pelo Alvará de nº 46/2018, de modo a adequá-lo ao plano de requalificação urbana proposto nesta lei com a devida revisão do cronograma de obra.

**Art. 12** - Altera a Lei Municipal nº 2.727/2023 de 26 de junho de 2023, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º .....

.....

**II.** A Quadra 09 do Loteamento Art Residence III, que perfaz uma área de 3.266,03 m<sup>2</sup> e cuja descrição do perímetro inicia no vértice P01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-39°W, de coordenadas

N 9.193.823,031m e E 464.101,770m; deste segue confrontando com QUADRA 10 (ÁREA VERDE), com azimute de 166°02'20" por uma distância de 86,43m até o vértice P02, de coordenadas N 9.193.739,158m e E 464.122,622m; deste segue confrontando com RUA PROJETADA E, com azimute de 256°02'20" por uma distância de 38,34m até o vértice P03, de coordenadas N 9.193.729,908m e E 464.085,416m; deste segue confrontando com CORREIA PEQUENO IMÓVEIS LTDA, com azimute de 346°37'40" por uma distância de 4,37m até o vértice P04, de coordenadas N 9.193.734,164m e E 464.084,405m; deste segue confrontando com CORREIA PEQUENO IMÓVEIS LTDA, com azimute de 346°46'52" por uma distância de 82,06m até o vértice P05, de coordenadas N 9.193.814,049m e E 464.065,640m; deste segue confrontando com QUADRA 10 (ÁREA VERDE), com azimute 76°02'20" por uma distância de 37,23m até o vértice P01, ponto inicial da descrição deste perímetro de 248,43 m, imóvel registrado no Cartório do 2º Ofício deste município na matrícula nº 12.596."

"Art. 2º .....

I- A Quadra 09 do Loteamento Art Residence III, que perfaz uma área de 3.266,03 m² e cuja descrição do perímetro inicia no vértice P01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-39°W, de coordenadas N 9.193.823,031m e E 464.101,770m; deste segue confrontando com QUADRA 10 (ÁREA VERDE), com azimute de 166°02'20" por uma distância de 86,43m até o vértice P02, de coordenadas N 9.193.739,158m e E 464.122,622m; deste segue confrontando com RUA PROJETADA E, com azimute de 256°02'20" por uma distância de 38,34m até o vértice P03, de coordenadas N 9.193.729,908m e E 464.085,416m; deste segue confrontando com CORREIA PEQUENO IMÓVEIS LTDA, com azimute de 346°37'40" por uma distância de 4,37m até o vértice P04, de coordenadas N 9.193.734,164m e E 464.084,405m; deste segue confrontando com CORREIA PEQUENO IMÓVEIS LTDA, com azimute de 346°46'52" por uma distância de 82,06m até o vértice P05, de coordenadas N 9.193.814,049m e E 464.065,640m; deste segue confrontando com QUADRA 10 (ÁREA VERDE), com azimute 76°02'20" por uma distância de 37,23m até o vértice P01, ponto inicial da descrição deste perímetro de 248,43 m, imóvel registrado no Cartório do 2º Ofício deste município na matrícula nº 12.596;"

Art.13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 20 de novembro de 2023.

Guilherme Sampaio Saraiva  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

Anexo I - Indicação das áreas a serem desafetadas

Anexo II - Indicação da obra

Anexo III - Planta viária local

Mensagem nº 15.12.001/ 2023 – GAB Barbalha/CE, 15 de dezembro de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Odair José de Matos  
Vereador  
Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE  
Nesta

Ref. Mensagem Projeto de Lei.

SENHOR PRESIDENTE,

DEMAIS PARES,

Ao prazer de cumprimentar Vossa Excelência, utilizamo-nos da presente para encaminhar-lhe, e aos demais Edis, o Projeto de Lei, ora apenso, para apreciação desta Augusta Casa.

Visando o incentivo a instalação de novos loteamentos no Município de Barbalha/CE, bem como permanecer incentivando a atividade econômica dos que já estão instalados ou em curso, identificamos a necessidade de promover breve alteração a Lei Municipal nº 2.687/2023, de 09 de fevereiro de 2023, permitindo a atualização dos referidos empreendimentos, acrescentando dispositivo a citada Lei, onde apresentamos proposta de adequação à Vossas Excelências.

Destarte, contamos com o irrestrito apoio de Vossas Excelências na apreciação e pronta aprovação do pleito.

Local e data, supra.

Respeitosamente,

Guilherme Sampaio Saraiva  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

PROJETO DE LEI Nº 103/2023 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA O PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.687/2023 DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE, encaminha o presente

Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção:

**Art. 1º.** Fica acrescido ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2.687, de 09 de fevereiro de 2023, o parágrafo 9º com a seguinte redação:

“§ 9º - Aos condomínios e loteamentos com Alvará concedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Barbalha/CE até 31 de dezembro de 2022, os efeitos deste artigo só passam a vigorar 30 (trinta) dias após a publicação desta alteração a Lei.

a) Só fará jus aos efeitos deste parágrafo o contribuinte que estiver com suas obrigações fiscais municipais em dias, sem prejuízo das demais exigências trazidas por esta Lei.”

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 15 de dezembro de 2023.

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

**Mensagem nº 15.12.002/ 2023 – GAB Barbalha/CE, 15 de dezembro de 2023.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
Odair José de Matos  
Vereador  
Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE  
Nesta

**Ref. Mensagem Projeto de Lei. REGIME DE URGÊNCIA**

SENHOR PRESIDENTE,  
DEMAIS PARES,

De antemão prestamos os devidos cumprimentos e respeito à Vossa Excelência, bem como aos demais nobres ocupantes da função legislativa que abrilhantam esta Augusta Casa, para adiante expor a apreciação dos ilustres Pares, o Projeto de Lei a seguir, em REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 129, caput, de vosso Regimento Interno, pelas razões à frente aduzidas.

É de conhecimento de Vossas Excelências que o Município de Barbalha/CE foi contemplado com a destinação de 150 (cento e

cinquenta) residências do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, tanto é que foi objeto de Audiência Pública nesta Nobre Casa Legislativa.

Desta feita, para tanto, a Lei Federal nº 14.620/2023, traz ao Município, na forma dos incisos I e III do §11, de seu art. 6º a incumbência de promover a isenção dos Impostos Sobre a Transferência de Bens Imóveis *inter vivos* – ITBI e Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, vejamos:

Art. 6º  
omissis

...

§ 11. A lei do ente federativo, que deverá produzir efeitos previamente à contratação dos investimentos, deverá estabelecer isenções dos seguintes tributos, nas operações que decorram da aplicação dos recursos provenientes das fontes de recursos a que se referem os incisos I a IV do caput:

I - imposto sobre a transmissão de bens imóveis;

II - imposto de transmissão causa mortis e doação;

III - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Insto posto, haja vista a exiguidade dos prazos para finalização dos cadastros municipais, é indispensável que cumpramos com tais ditames legais.



Destarte,  
contamos com o irrestrito apoio de Vossas Excelências na  
apreciação e pronta aprovação do pleito em Regime de Urgência.

*Local e data, supra.*

Respeitosamente,

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

**PROJETO DE LEI Nº 104/2023 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**CONCEDE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA AOS  
BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO  
DE INTERESSE SOCIAL CUSTEADOS PELAS FONTES  
DE RECURSOS INDICADAS NOS INCISOS I E III, DO  
§11, DO ART. 6º DA LEI FEDERAL Nº 14.620/2023 DA  
FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE,**  
no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica  
do Município de Barbalha/CE, em consonância com a Lei Federal  
nº 14.620/2023, encaminha o presente Projeto de Lei para  
apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção:

**Art. 1º.** Em atenção ao inciso I, do §11, do art. 6º da Lei  
Federal nº 14.620/2023, ficam isentas do Imposto de Transmissão  
de Bens Imóveis *inter vivos* – ITBI a transferência do imóvel  
oriundo do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida pelo  
empreendedor para o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR,  
e deste para o beneficiário do imóvel construído.

**Art. 2º.** Em atenção ao inciso III, do §11, do art. 6º da  
Lei Federal nº 14.620/2023, ficam isentos do Imposto sobre a  
Propriedade Predial Territorial Urbano os imóveis destinados ao  
Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida quando  
transferidos do empreendedor para o Fundo de Arrendamento  
Residencial – FAR, e deste para o beneficiário do imóvel  
construído.

**Art. 3º.** Em atenção a política de incentivos do  
Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida concede-se  
isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN  
incidente sobre serviços necessários à construção de  
empreendimentos vinculados ao Programa.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 15 de  
dezembro de 2023.

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

Mensagem nº. 15.12.003/ 2023 – GAB Barbalha/CE, 15 de  
dezembro de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor  
*Odair José de Matos*  
Vereador  
Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE  
*Nesta*

**Ref. Mensagem Projeto de Lei.**

SENHOR PRESIDENTE,  
DEMAIS PARES,

Ao prazer de  
cumprimentar Vossa Excelência, utilizamo-nos da presente para  
encaminhar-lhe, e aos demais *Edis*, o Projeto de Lei, ora apenso,  
para apreciação desta Augusta Casa.

Cumpre-nos  
contextualizar que ao Instituto Evangélico Social e Educacional  
Kadosh, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº  
22.206.875/0001-87 foi concedido Termo de Permissão de Uso de  
Bem Público com Encargos, tratando-se da área Institucional do  
Loteamento Jardim dos Buritis, com área total de 3.531 m², em  
junho de 2018.

O referido  
Instituto teve reconhecida a sua Utilidade Pública Municipal, como  
entidade beneficente de assistência social, filantrópica, de direitos  
privados, sem fins lucrativos.

O mesmo  
tem como atividade principal fornecer assistência educacional,  
esportiva, de saúde, etc, para crianças, adolescentes e jovens, tendo  
se instalado e construído a sua sede no imóvel cedido a 05 (cinco)  
anos. Desta feita, denota-se a relevância social e educacional do  
Instituto.

A Lei  
8.66/93 prevê a possibilidade de dispensa de licitação quando a sua  
finalidade for destinada ao interesse social, o qual restou  
devidamente comprovado, contudo, não exime a donatária da  
imputação de ônus. Para a presente circunstância recai sobre a  
donatária o ônus de gerar postos de trabalho para a população  
barbalhense, no limite do desenvolvimento de suas atividades.

As  
exigências da lei referidas no artigo 101 do Código Civil podem ser  
extraídas do artigo 91 da Lei Orgânica do Município de  
Barbalha/CE.

Destarte,  
contamos com o irrestrito apoio de Vossas Excelências na  
apreciação e pronta aprovação do pleito

*Local e data, supra.*

Respeitosamente,

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

**PROJETO DE LEI Nº 105/2023 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BARBALHA/CE A ALIENAR BEM IMÓVEL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL DESTINADO AO INSTITUTO EVANGÉLICO SOCIAL E EDUCACIONAL KADOSH, DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE, encaminha o presente Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção:

**Art. 1º.** Fica autorizado, o Município de Barbalha/CE, a realizar doação com ônus, de terreno próprio para construir encravado no Loteamento Jardim dos Buritis, Barbalha-CE, que inicia a descrição de seu perímetro no vértice FCM-M-001, de coordenadas N 9.193.558,795m e E 43.854,930m; deste segue confrontando com a propriedade de Avenida Projetada 01, com azimuth de 132°35'55" por uma distância de 36,00m até o vértice FCM-M-002, de coordenadas N 9.193.534,428m e E 463.881,430m; deste segue confrontando com a propriedade da Rua Projetada 38, com azimuth de 222°35'55" por uma distância de 98,08m até o vértice FCM-M-006, de coordenadas N 9.193.462,227m e E 463.815,042m; deste segue confrontando com a propriedade da área desmembrada, com azimuth de 312°35'55" por uma distância de 36,00m até o vértice FCM-M-005, de coordenadas N 9.193.486,594m e E 463.788,542m; deste segue confrontando com a propriedade de Rua Projetada 37, com azimuth 42°35'55" por uma distância de 98,08m até o vértice P-M-001, ponto inicial as descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésio Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 39 WGr, tendo como Dantum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

**Parágrafo único** - A doação a que se refere esta Lei destina-se, exclusivamente, a possibilitar a manutenção do desenvolvimento das atividades do Instituto Evangélico Social e Educacional Kadosh, com embasamento legal no artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE e artigo 17, I, da Lei 8.666/1993.

**Art. 2º.** O procedimento de dispensa de licitação deverá observar o seguinte:

a) a revogação da doação mediante Decreto do Poder Executivo Municipal e consequente reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município de Barbalha, caso não ocorra o início das atividades descritas no artigo 1º, § único, no prazo máximo de dois anos, a contar da publicação desta Lei;

b) a revogação da doação mediante Decreto do Poder Executivo Municipal e consequente reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município de Barbalha, caso sejam interrompidas as atividades descritas no artigo 1º, § único, desta Lei;

c) o descumprimento injustificado do cronograma de obras, atividades e geração de empregos apresentado pela beneficiada;

d) o cometimento de infrações graves à legislação tributária, ambiental, trabalhista ou sanitária, a nível federal, estadual ou municipal;

**Parágrafo único** – Será dispensável o procedimento licitatório, quando comprovado o interesse público devidamente justificado.

**Art. 3º.** A doação de que trata esta Lei, observará ainda o seguinte:

**I** - será instrumentalizada na forma da lei civil e administrativa, com o registro na matrícula imobiliária da área doada, gravada com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, insuscetibilidade à usucapião e não podendo ser objeto de cessão ou locação a terceiros, onde deverá constar também, todas as disposições da presente Lei;

**II** - será instituída pelo Prefeito Municipal uma Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, composta três representantes da Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico, para a realização de avaliações semestrais do cumprimento pela entidade beneficiada e dos requisitos necessários a continuidade da doação.

**III** - poderá ser revogada a qualquer tempo se a donatária deixar de cumprir os objetivos da doação, sem que lhe seja garantido direito a indenizações ou retenções por investimentos realizados.

**IV** - toda benfeitoria de natureza permanente, com característica de obra civil, adere ao imóvel concedido, incorporando-se ao mesmo na hipótese de revogação da doação.

**V** – recai sobre a donatária o ônus de criar postos de trabalho para atender a população barbalhense, no limite do desenvolvimento de suas atividades.

**Art. 4º.** A donatária terá o prazo de dois (02) anos, a partir da formalização da doação, para viabilizar no imóvel objeto da doação, a instalação dos equipamentos necessários à efetivação do funcionamento das atividades descritas no art. 1º § único, findo o qual, não tendo sido cumprida esta disposição, o imóvel será reincorporado ao Patrimônio do Município mediante Decreto efetivado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 15 de dezembro de 2023.

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
*Prefeito Municipal de Barbalha/CE*

**Mensagem nº. 14.12.001/ 2023 – GAB Barbalha/CE, 14 de dezembro de 2023.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
*Odair José de Matos*  
Vereador  
Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE  
*Nesta*

**Ref. Mensagem Projeto de Lei. REGIME DE URGÊNCIA**

SENHOR PRESIDENTE,  
DEMAIS PARES,

De antemão prestamos os devidos cumprimentos e respeito à Vossa Excelência, bem como aos demais nobres ocupantes da função legislativa que abrilhantam esta Augusta Casa, para adiante expor a apreciação dos ilustres Pares, o Projeto de Lei a seguir, em REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 129, caput, de vosso Regimento Interno, pelas razões à frente aduzidas.

Conforme publicamente sabido, o Hospital Maternidade São Vicente de Paulo é certificado como entidade filantrópica no ramo da saúde, é referência hospitalar em atendimento secundário e terciário à gestação de alto risco, e hospital de referência na Macro Regional para as 45 cidades que a compõe, em alta complexidade, em oncologia, e cirurgia vascular, atendendo 88% de seus pacientes via SUS.

Desta feita, faz-se necessário o aumento do número de leitos para o atendimento a essa gama de pacientes, e consequentemente do seu setor de lavanderia, que visa a redução do risco de taxas de infecções hospitalar e impacto ambiental.

Ante o exposto, haja vista a insuficiência da área física da lavanderia atual, o que impede melhoramentos e o aumento de sua demanda, o Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, na pessoa de sua Diretora Executiva, a Irmã Juliana Deyse Gonçalves Nogueira, apresentou pedido ao Poder Executivo Municipal de um terreno, com área de 2.000 m², para instalação de nova lavanderia.

A Lei 8.66/93 prevê a possibilidade de dispensa de licitação quando a sua finalidade for destinada ao interesse social, o qual restou devidamente comprovado, contudo, não exige a donatária da imputação de ônus. Para a presente circunstância recai sobre a

donatária o ônus de gerar postos de trabalho para a população barbalhense, no limite do desenvolvimento de suas atividades.

As exigências da lei referidas no artigo 101 do Código Civil podem ser extraídas do artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE.

Destarte, contamos com o irrestrito apoio de Vossas Excelências na apreciação e pronta aprovação do pleito

*Local e data, supra.*

Respeitosamente,

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
*Prefeito Municipal de Barbalha/CE*

**PROJETO DE LEI Nº 106/2023 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BARBALHA/CE A ALIENAR BEM IMÓVEL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL DESTINADO AO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO VICENTE DE PAULO, DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE, encaminha o presente Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção:

**Art. 1º.** Fica autorizado, o Município de Barbalha/CE, a realizar doação com ônus, de terreno próprio para construir encravado no Loteamento Jardim dos Ipês, Barbalha-CE, que tem início no ponto P1 - COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 N: 468022.739 E: 9191484.620 AZIMUTE – 90.00°, limitando-se com o terreno da Areninha e, seguindo, com uma distância de 60,00m, encontramos o ponto P2 - COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 N: 468058.839 E: 9191436.695 AZIMUTE – 90.00° e seguindo, limitando-se com o referido terreno em questão, com uma distância de 33,33m, encontramos o ponto P3 - COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 N: 468032.286 E: 9191416.599 AZIMUTE – 90.00° e seguindo, limitando-se com a AV. Projetada 02, com uma distância de 60,00m, encontramos o ponto P4 - COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 N: 467996.188 E: 9191464.526 AZIMUTE – 90.00° e seguindo, limitando-se com o referido terreno em questão, com uma distância de 33,33 chegamos ao ponto inicial deste terreno encerrando uma área de 2000,00 m2.

**Parágrafo único** - A doação a que se refere esta Lei destina-se, exclusivamente, a possibilitar a instalação de uma lavanderia para atendimento da demanda dos pacientes atendidos pelo Hospital Maternidade São Vicente de Paulo, com embasamento legal no artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE e artigo 17, I, da Lei 8.666/1993.

**Art. 2º.** O procedimento de dispensa de licitação deverá observar o seguinte:

**I** - será antecedido de avaliação prévia do imóvel a ser doado e justificativa da satisfação do interesse público;

**a)** a revogação da doação mediante Decreto do Poder Executivo Municipal e consequente reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município de Barbalha, caso não ocorra o início das atividades descritas no artigo 1º, § único, no prazo máximo de dois anos, a contar da publicação desta Lei;

**b)** a revogação da doação mediante Decreto do Poder Executivo Municipal e consequente reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município de Barbalha, caso sejam interrompidas as atividades descritas no artigo 1º, § único, desta Lei;

**c)** o descumprimento injustificado do cronograma de obras, atividades e geração de empregos apresentado pela beneficiada;

**d)** o cometimento de infrações graves à legislação tributária, ambiental, trabalhista ou sanitária, a nível federal, estadual ou municipal;

**Parágrafo único** – Será dispensável o procedimento licitatório, quando comprovado o interesse público devidamente justificado.

**Art. 3º.** A doação de que trata esta Lei, observará ainda o seguinte:

**I** - será instrumentalizada na forma da lei civil e administrativa, com o registro na matrícula imobiliária da área doada, gravada com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, insuscetibilidade à usucapião e não podendo ser objeto de cessão ou locação a terceiros, onde deverá constar também, todas as disposições da presente Lei;

**II** - será instituída pelo Prefeito Municipal uma Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, composta três representantes da Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico, para a realização de avaliações semestrais do cumprimento pela entidade beneficiada e dos requisitos necessários a continuidade da doação.

**III** - poderá ser revogada a qualquer tempo se a donatária deixar de cumprir os objetivos da doação, sem que lhe seja garantido direito a indenizações ou retenções por investimentos realizados.

**IV** - toda benfeitoria de natureza permanente, com característica de obra civil, adere ao imóvel concedido, incorporando-se ao mesmo na hipótese de revogação da doação.

**V** – recai sobre a donatária o ônus de criar postos de trabalho para atender a população barbalhense, no limite do desenvolvimento de suas atividades.

**Art. 4º.** A donatária terá o prazo de dois (02) anos, a partir da formalização da doação, para viabilizar no imóvel objeto da doação, a instalação dos equipamentos necessários à efetivação do funcionamento das atividades descritas no art. 1º § único, findo o qual, não tendo sido cumprida esta disposição, o imóvel será reincorporado ao Patrimônio do Município mediante Decreto efetivado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 14 de dezembro de 2023.

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

**Mensagem nº. 19.12.001/ 2023 – GAB Barbalha/CE, 19 de dezembro de 2023.**

Ao Excelentíssimo Senhor  
*Odair José de Matos*  
Vereador  
Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE  
*Nesta*

**Ref. Mensagem Projeto de Lei. REGIME DE URGÊNCIA**

SENHOR PRESIDENTE,  
DEMAIS PARES,

De antemão prestamos os devidos cumprimentos e respeito à Vossa Excelência, bem como aos demais nobres ocupantes da função legislativa que abrilhantam esta Augusta Casa, para adiante expor a apreciação dos ilustres Pares, o Projeto de Lei a seguir, em REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 129, caput, de vosso Regimento Interno, pelas razões à frente aduzidas.

Conforme publicamente sabido, o Hospital Maternidade Santo Antônio, parte integrante da Fundação Otilia Correia Saraiva atende os 45 municípios da Macrorregião do Cariri, com prestação de serviços ao longo de 25 anos.

Desta feita, faz-se necessário a ampliação de suas instalações em razão da ampliação de demandas, e visando mantes o crescimento



sustentável, apresentaram o pleito de doação de um imóvel pra que possa expandir sua estrutura assessória, de forma adequada para abrigar e ampliar a área de serviços do complexo hospitalar, como: lavanderia, oficina, depósito, almoxarifado, Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME, garagem, entre outros.

A Lei 8.66/93 prevê a possibilidade de dispensa de licitação quando a sua finalidade for destinada ao interesse social, o qual restou devidamente comprovado, contudo, não exime a donatária da imputação de ônus. Para a presente circunstância recai sobre a donatária o ônus de gerar postos de trabalho para a população barbalhense, no limite do desenvolvimento de suas atividades.

As exigências da lei referidas no artigo 101 do Código Civil podem ser extraídas do artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE.

Destarte, contamos com o irrestrito apoio de Vossas Excelências na apreciação e pronta aprovação do pleito

*Local e data, supra.*

Respeitosamente,

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
*Prefeito Municipal de Barbalha/CE*

**PROJETO DE LEI Nº 107/2023 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BARBALHA/CE A ALIENAR BEM IMÓVEL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL DESTINADO AO HOSPITAL MATERNIDADE SANTO ANTÔNIO – FUNDAÇÃO OTÍLIA CORREIA SARAIVA, DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE, encaminha o presente Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção:

**Art. 1º.** Fica autorizado, o Município de Barbalha/CE, a realizar doação com ônus, de terreno próprio para construir que inicia a descrição de seu perímetro no vértice **P01**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-39°W, de coordenadas **N 9.190.747,267m** e **E 467.778,586m**; deste segue confrontando com ÁREA VERDE DO LOTEAMENTO PARQUE UNIÃO, com azimute de 144°56'22" por uma distância de 33,99m até o vértice **P02**, de coordenadas **N 9.190.719,442m** e **E 467.798,113m**; deste segue confrontando com ÁREA VERDE DO LOTEAMENTO PARQUE UNIÃO, com

azimute de 234°56'22" por uma distância de 36,11m até o vértice **P03**, de coordenadas **N 9.190.698,696m** e **E 467.768,552m**; deste segue confrontando com SEVERINO SARAIVA CORDEIRO E CÍCERA DE SOUZA JACÓ CORDEIRO, com azimute de 325°17'54" por uma distância de 33,15m até o vértice **P04**, de coordenadas **N 9.190.725,948m** e **E 467.749,680m**; deste segue confrontando com RUA PROJETADA A, com azimute 53°35'26" por uma distância de 35,92m até o vértice **P01**, ponto inicial da descrição deste perímetro de 139,17 m, perfazendo uma área total de **1.208,89m²**.

**Parágrafo único** - A doação a que se refere esta Lei destina-se, exclusivamente, a possibilitar a ampliação da área de serviços do complexo hospitalar, como: lavanderia, oficina, depósito, almoxarifado, Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME, garagem, entre outros. para atendimento da demanda dos pacientes atendidos pelo Hospital Maternidade Santo Antônio, com embasamento legal no artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE e artigo 17, I, da Lei 8.666/1993.

**Art. 2º.** O procedimento de dispensa de licitação deverá observar o seguinte:

**I** - será antecedido de avaliação prévia do imóvel a ser doado e justificativa da satisfação do interesse público;

**a)** a revogação da doação mediante Decreto do Poder Executivo Municipal e consequente reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município de Barbalha, caso não ocorra o início das atividades descritas no artigo 1º, § único, no prazo máximo de dois anos, a contar da publicação desta Lei;

**b)** a revogação da doação mediante Decreto do Poder Executivo Municipal e consequente reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município de Barbalha, caso sejam interrompidas as atividades descritas no artigo 1º, § único, desta Lei;

**c)** o descumprimento injustificado do cronograma de obras, atividades e geração de empregos apresentado pela beneficiada;

**d)** o cometimento de infrações graves à legislação tributária, ambiental, trabalhista ou sanitária, a nível federal, estadual ou municipal;

**Parágrafo único** – Será dispensável o procedimento licitatório, quando comprovado o interesse público devidamente justificado.

**Art. 3º.** A doação de que trata esta Lei, observará ainda o seguinte:

**I** - será instrumentalizada na forma da lei civil e administrativa, com o registro na matrícula imobiliária da área doada, gravada com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, insusceptibilidade à usucapião e não podendo ser objeto de cessão ou locação a terceiros, onde deverá constar também, todas as disposições da presente Lei;

II - será instituída pelo Prefeito Municipal uma Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, composta três representantes da Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico, para a realização de avaliações semestrais do cumprimento pela entidade beneficiada e dos requisitos necessários a continuidade da doação.

III - poderá ser revogada a qualquer tempo se a donatária deixar de cumprir os objetivos da doação, sem que lhe seja garantido direito a indenizações ou retenções por investimentos realizados.

IV - toda benfeitoria de natureza permanente, com característica de obra civil, adere ao imóvel concedido, incorporando-se ao mesmo na hipótese de revogação da doação.

V - recai sobre a donatária o ônus de criar postos de trabalho para atender a população barbalhense, no limite do desenvolvimento de suas atividades.

**Art. 4º.** A donatária terá o prazo de dois (02) anos, a partir da formalização da doação, para viabilizar no imóvel objeto da doação, a instalação dos equipamentos necessários à efetivação do funcionamento das atividades descritas no art. 1º § único, findo o qual, não tendo sido cumprida esta disposição, o imóvel será reincorporado ao Patrimônio do Município mediante Decreto efetivado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 19 de dezembro de 2023.

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

Mensagem nº. 19.12.002/ 2023 – GAB Barbalha/CE, 19 de dezembro de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Odair José de Matos  
Vereador  
Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE  
Nesta

**Ref. Mensagem Projeto de Lei. REGIME DE URGÊNCIA**

SENHOR PRESIDENTE,

DEMAIS PARES,

De antemão prestamos os devidos cumprimentos e respeito à Vossa Excelência, bem como aos demais nobres ocupantes da função legislativa que abrilhantam esta Augusta Casa, para adiante expor a apreciação dos ilustres Pares, o Projeto de Lei a seguir, em REGIME DE

URGÊNCIA, nos termos do art. 129, caput, de vosso Regimento Interno, pelas razões à frente aduzidas.

O processo educacional é de suma importância na formação das crianças, pois serão os cidadãos do futuro. A Escola de Educação Infantil e Fundamental Aconchego da Criança protocolou junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Carta de Intenção visando a disponibilização de um imóvel para que possa instalar sua nova sede, atendendo, portando o caráter educacional e social. A mesma já apresentou projeto pré desenvolvido e atende aos requisitos da Lei.

A Lei 8.66/93 prevê a possibilidade de dispensa de licitação quando a sua finalidade for destinada ao interesse social, o qual restou devidamente comprovado, contudo, não exime a donatária da imputação de ônus. Para a presente circunstância recai sobre a donatária o ônus de gerar postos de trabalho para a população barbalhense, no limite do desenvolvimento de suas atividades.

As exigências da lei referidas no artigo 101 do Código Civil podem ser extraídas do artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE.

Destarte, contamos com o irrestrito apoio de Vossas Excelências na apreciação e pronta aprovação do pleito

*Local e data, supra.*

Respeitosamente,

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

**PROJETO DE LEI Nº 108/2023 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BARBALHA/CE A ALIENAR BEM IMÓVEL DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL DESTINADO ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL ACONCHEGO DA CRIANÇA, DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE,** no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE, encaminha o presente Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção:

**Art. 1º.** Fica autorizado, o Município de Barbalha/CE, a realizar doação com ônus, de terreno próprio para construir encravado no Loteamento Jardim dos Ipês, Barbalha-CE, que tem início no ponto P1 - COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 N: 468004.693 E: 9191508.585 AZIMUTE – 90.00º,

limitando-se com o terreno da Areninha e, seguindo, com uma distância de 30,00m, encontramos o ponto P2 - COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 N: 468022.739 E: 9191484.620 AZIMUTE – 90.00° e seguindo, limitando-se com o referido terreno em questão, com uma distância de 33,33m, encontramos o ponto P3 - COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 N: 467996.188 E: 9191464.526 AZIMUTE – 90.00° e seguindo, limitando-se com a AV. Projetada 02, com uma distância de 30,00m, encontramos o ponto P4 - COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 N: 467978.140 E: 9191488.490 AZIMUTE – 90.00° e seguindo, limitando-se com a AV. da Integração, com uma distância de 33,33 chegamos ao ponto inicial deste terreno encerrando uma área de 1000,00 m2.

**Parágrafo único** - A doação a que se refere esta Lei destina-se, exclusivamente, a possibilitar a instalação da nova sede da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Aconchego da Criança, com embasamento legal no artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE e artigo 17, I, da Lei 8.666/1993.

**Art. 2º.** O procedimento de dispensa de licitação deverá observar o seguinte:

**I** - será antecedido de avaliação prévia do imóvel a ser doado e justificativa da satisfação do interesse público;

**a)** a revogação da doação mediante Decreto do Poder Executivo Municipal e consequente reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município de Barbalha, caso não ocorra o início das atividades descritas no artigo 1º, § único, no prazo máximo de dois anos, a contar da publicação desta Lei;

**b)** a revogação da doação mediante Decreto do Poder Executivo Municipal e consequente reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município de Barbalha, caso sejam interrompidas as atividades descritas no artigo 1º, § único, desta Lei;

**c)** o descumprimento injustificado do cronograma de obras, atividades e geração de empregos apresentado pela beneficiada;

**d)** o cometimento de infrações graves à legislação tributária, ambiental, trabalhista ou sanitária, a nível federal, estadual ou municipal;

**Parágrafo único** – Será dispensável o procedimento licitatório, quando comprovado o interesse público devidamente justificado.

**Art. 3º.** A doação de que trata esta Lei, observará ainda o seguinte:

**I** - será instrumentalizada na forma da lei civil e administrativa, com o registro na matrícula imobiliária da área doada, gravada com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, insuscetibilidade à usucapião e não podendo ser objeto de cessão ou locação a terceiros, onde deverá constar também, todas as disposições da presente Lei;

**II** - será instituída pelo Prefeito Municipal uma Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, composta três representantes da Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico, para a realização de avaliações semestrais do cumprimento pela entidade beneficiada e dos requisitos necessários a continuidade da doação.

**III** - poderá ser revogada a qualquer tempo se a donatária deixar de cumprir os objetivos da doação, sem que lhe seja garantido direito a indenizações ou retenções por investimentos realizados.

**IV** - toda benfeitoria de natureza permanente, com característica de obra civil, adere ao imóvel concedido, incorporando-se ao mesmo na hipótese de revogação da doação.

**V** – recai sobre a donatária o ônus de criar postos de trabalho para atender a população barbalhense, no limite do desenvolvimento de suas atividades.

**Art. 4º.** A donatária terá o prazo de dois (02) anos, a partir da formalização da doação, para viabilizar no imóvel objeto da doação, a instalação dos equipamentos necessários à efetivação do funcionamento das atividades descritas no art. 1º § único, findo o qual, não tendo sido cumprida esta disposição, o imóvel será reincorporado ao Patrimônio do Município mediante Decreto efetivado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 19 de dezembro de 2023.

**Guilherme Sampaio Saraiva**  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

Mensagem	de	Lei	nº.	19.12.003/	2023	-	GAB
Barbalha/CE, 19 de dezembro de 2023.							

Ao Excelentíssimo Senhor

*Odair José de Matos*  
Vereador

Presidente da Câmara Municipal de Barbalha/CE

Nesta

Ref. Mensagem Projeto de Lei. REGIME DE URGÊNCIA

SENHOR PRESIDENTE,DEMAIS PARES,

De  
antemão prestamos os devidos cumprimentos e respeito à  
Vossa Excelência, bem como aos demais nobres ocupantes

da função legislativa que abrilhantam esta Augusta Casa, para adiante expor a apreciação dos ilustres Pares, o Projeto de Lei a seguir, em REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 129, caput, de vosso Regimento Interno, pelas razões à frente aduzidas.

O presente Projeto de Lei autoriza o Município de Barbalha/CE a realizar permuta de área institucional do loteamento Benderville Liberdade por lotes dotados com toda infraestrutura urbanística concluída dentro do Loteamento Canaã, a fim de promover a doação desses lotes de terras edificáveis para as construções de moradias populares do Programa “Meu Pedaco de Chão” destinadas à população barbalhense que implemente os requisitos legais trazidos no texto da Lei Municipal 2768/2023.

O Município de Barbalha/CE ainda possui municípios que residem em locais de risco, seja de desabamento ou de inundação, a exemplo do ocorrido na enchente que assolou a cidade em abril do ano passado, onde, em que pese todos os esforços empenhados pela Administração Pública para promover auxílios, algumas famílias ainda amargam prejuízos deste episódio, sobretudo as de baixa renda.

A sua propositura urge diante da necessidade de diminuição do déficit habitacional local, partindo da necessidade de ocupação digna e consciente de suas áreas urbanas e rurais na medida em que cria meios jurídicos para que este projeto seja efetivado.

Importante enfatizar que no Município de Barbalha/CE cerca de 130 (cento e trinta) famílias permanecem residindo em casas de taipa e necessitam de moradia adequada, albergada pelos princípios constitucionais.

Sem olvidar das famílias vitimadas pela enchente, que totalizam cerca de 40 (quarenta) famílias desalojadas ou desabrigadas, compartilhando residência com familiares desde então, são 165 (cento e sessenta e cinco) pessoas nestas condições, conforme dados levantados pela Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres e Direitos Humanos, em conjunto com a Defesa Civil Municipal, sendo este Projeto de Lei o instrumento hábil a minimizar estas problemáticas sociais.

Diante da exposição acima registrada, exora-se a Vossas Excelências que apreciem, votem e aprovelem o Projeto de Lei

anexo, dentro dos preceitos estabelecidos pela Lei Orgânica Municipal, por ser de interesse social, em benefício da população barbalhense.

Destarte, contamos com o irrestrito apoio de Vossas Excelências na apreciação e pronta aprovação do pleito

*Local e data, supra.*

Guilherme Sampaio Saraiva  
Prefeito Municipal de Barbalha/CE

PROJETO DE LEI Nº 1 0 9 / 2 0 2 3 DE 19 DE  
DEZEMBRO DE 2023

**DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL E AUTORIZAÇÃO DE PERMUTA, SEM ÔNUS FINANCEIRO AO MUNICÍPIO DE BARBALHA-CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município de Barbalha/CE, encaminha o presente Projeto de Lei para apreciação da Câmara Municipal e posterior sanção do Prefeito:

**Art. 1º.** Ficam DESAFETADAS DA CATEGORIA DE BENS DE USO COMUM, passando a integrar a categoria de bens **DOMINICAIS DO PATRIMÔNIO DISPONÍVEL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** os imóveis anteriormente afetados, asseguir descritos e oriundos do “Loteamento Benderville Liberdade”:

- I.** Uma área de 17.861,98 m² de parte da Quadra 48 identificada como Área Institucional do Loteamento Benderville ;
- II.** Uma área de 1.339,63 m² da quadra 70 identificada como Área Institucional do Loteamento Benderville cujo registro junto ao Cartório de Registro de imóveis deste Município se deu sob a matrícula nº 10.172.
- III.** Uma área de 278,59 m² da quadra 21 identificada como Área Institucional do Loteamento Benderville cujo registro junto ao Cartório de Registro de imóveis deste Município se deu sob a matrícula nº 10.172.
- IV.** Uma área de 1.327,09 m² da quadra 68 identificada como Área Institucional do Loteamento Benderville cujo registro junto ao Cartório de Registro de imóveis deste Município se deu sob a matrícula nº 10.172.

**Art. 2º - Fica Alterado o Projeto original do Loteamento “Benderville Liberdade”, para fins de melhor mobilidade urbana, e/ou adequação do**



atual sistema viário existente à presente propositura, no tocante ao Prolongamento da Rua Projetada 26, com extensão da área de 1.376,6m², sobre a área institucional da Quadra 48 do referido loteamento, na forma que se segue:

- I-** Na área institucional - quadra 48 do Loteamento Benderville permanecerá uma área remanescente de 15.174,57m².

**Art. 3º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a permutar os bens descritos no art. 1º desta Lei, na forma das determinações da legislação em vigor, em favor da Benderpar Incorporações LTDA, CNPJ: 24.891.725/0001-85, LoteamentoBenderville – Liberdade, localizado à rua Dr.Luciano Torres de Melo (via da penetração 01), Bairro: Novo Araçás, Barbalha-CE, CEP: 63.180-000, registrado sob a Matrícula nº 10.172, do Cartório do 2º ofício da Comarca de BARBALHA-CE, **regularmente permutadas** por áreas localizadas no “Loteamento Canaã 02”, sob matrícula nº R.10/9441, anteriormente havidas pelo permutante privado, Benderpar Incorporações LTDA, nos termos do Instrumento Particular, que deverão ser obrigatoriamente dotadas de toda infraestrutura urbanística concluída, **as quais sejam, redes de abastecimentos elétrico e hidráulico, pavimentação das vias de circulação, meio fio, escoamento das águas pluviais e iluminação pública**, e que também obrigatoriamente deverão ser regulamente transferidas em favor da municipalidade na forma de Escritura Pública de Permuta de Imóveis com Cessão de Direitos aquisitivos sobre imóveis quitados, cumulativa à Alienação Definitiva sobre os seguintes objetos:

- a) Lotes 08 a 17 da quadra 66 do loteamento Canaã 2;
- b) Lotes 01 a 26, 39 ao 47 da quadra 23 do loteamento Canaã;

§1º A permutante privada, Benderpar Incorporações LTDA, em favor da municipalidade e para fins de abertura de novos arruamentos, obriga-se-á afetação de área não inferior a 20 % sobre a área permutada de 17.861,98m², descrita no inciso I do art. 1º desta lei.

§2. As permutas de que trata esta Lei se dão com base nas avaliações dos imóveis, e encargos ora assumidos, sendo que não caberá ao Município o pagamento de qualquer diferença ou ônus, em virtude do interesse de ambas as partes na referida permuta.

§ 3º Conforme disposto no caput desta Lei, a permuta será feita por equivalência de valores entre os bens permutados, sem qualquer pagamento entre os permutantes.

§ 4º: A Benderpar Incorporações LTDA também obrigará-se-á custear sob às suas expensas, as respectivas escrituras públicas de alienações e registros transmissivos dos direitos reais, incluindo os impostos de transmissões incidentes sobre os imóveis, constantes das alíneas “a” e “b” do art. 3º desta lei, em favor dos donatários

beneficiados, conforme lista dos beneficiários ou instrumento autorizador outro outorgado pelo município.

**Art. 4º.** Os imóveis ora autorizados à permuta em favor do município destinam-se ao Programa Habitacional “Meu Pedaco de Chão”, para fins implementação de programa social habitacional à população de baixa renda, com doações de imóveis edificáveis para construção de moradias populares aos munícipes Barbalhenses que atenderem aos requisitos da Lei Municipal 2768/2023.

**Art. 5º.** Qualquer transação jurídica que envolver os bens desafetados e/ou permutados, não trará quaisquer ônus financeiros ao Município de Barbalha-CE, devendo tais ônus porventura existentes serem suportados pelo permutante, Benderpar Incorporações LTDA, CNPJ: 24.891.725/0001-85, Loteamento Benderville – Liberdade, do mesmo modo que todos os necessários, custos, taxas e impostos de transmissões incidentes para às suas devidas regularizações, escriturações, registros, em prol dos beneficiários, correrão também por conta única e exclusiva dele permutante privado.

**Art. 6º -** Os imóveis a serem transferidos como parte da permuta, previstas nesta Lei, deverão ser entregues livres de qualquer ônus ou restrições que possam comprometer seu pleno uso e gozo. Além disso, fica determinado que esses imóveis deverão estar devidamente regularizados junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, assegurando a sua legalidade e a garantia de direitos aos futuros donatários

§1º. Os interessados apresentarão ao Cartório de Registro de Imóveis todas as documentações e informações necessárias.

§2º. Caso se constatem divergências ou incongruências registraes quanto aos imóveis apontados nesta lei está autorizado o município, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a promover as tratativas e adotar as medidas necessárias junto ao Cartório de Registro de Imóveis para sanar as divergências sempre respeitando as informações contidas nesta lei e em seus anexos, o respeito ao patrimônio público, as áreas indicadas, os laudos e projetos apresentados.

**Art. 7º.** Na forma do artigo 28, da Lei nº 6.766/79, ficam, desde já, aprovadas pela Prefeitura Municipal de Barbalha/CE as permutas e alterações elencadas nesta Lei, acerca da disposição de lotes, quadras, ruas, e área institucional.

**Parágrafo único** – Inexigíveis as anuências dos supostos adquirentes e/ou promitentes compradores dos lotes constnates dos loteamentos neste ato alterados, por tratar-se de alterações dos loteamentos realizadas por interesse público e iniciativa da municipalidade, devendo obrigatoriamente ser apresentada a comprovação da ciência ao loteador, proprietário do Loteamento Canaã 02, MOTA & NOVAES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI-EPP, nscrita no CNPJ sob o nº 22.853.722/0001-21, junto ao Cartório de Registro de

Imóveis da Comarca de Barbalha-CE, fulcro no §2º do art. 1.491 do Provimento 04/2023 da CGJ/TJCE.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 9º.** O Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar esta Lei por Decreto, **no que couber**.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 19 de dezembro de 2023.

Guilherme Sampaio Saraiva

*Prefeito Municipal de Barbalha/CE*

#### PROJETOS DE RESOLUÇÕES

##### Projeto de Resolução Nº 35/2023

Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, faz saber que em Sessão Ordinária o Plenário aprovou e ela promulga a Seguinte Resolução:

**Art. 1º -** Fica Concedido o Título de Cidadão Barbalhense ao **Sr. Everardo Cruz Landim**.

Parágrafo único – A Outorga da comenda será feita em Sessão Solene em data e local a ser marcada pela homenageada até o dia 22 de dezembro de 2024.

**Art. 2º -** Esta Resolução entrará em vigor da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha/CE, em 19 de dezembro de 2023.

**Epitácio Saraiva da Cruz Neto**  
Vereador Autor

#### CURRÍCULO BIBLIOGRÁFICO

Everardo Cruz Landim, nasceu no Município de Crato – CE em 22 de julho de 1973, filho de Francisco Cruz Landim e Terezinha Cruz Saraiva Landim.

Ingressou na gloriosa Polícia Militar do Estado do Ceará em 1994. Na carreira policial trabalhou em Nova Olinda – CE por 23 (vinte e três) anos, onde já foi agraciado com Título de Cidadão daquele Município, bem como no Município de Missão Velha – CE. Trabalhou em Barbalha nos anos de 2019 e 2020

prestando relevantes serviços a sociedade barbalhense no combate à criminalidade.

É casado com Maria Alessandra Rodrigues Landim. É pai de três filhos, Everardo Cruz Landim Filho, Thereza Dávila Landim e Eduardo Silva Landim.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha/CE, em 19 de dezembro de 2023.

**Epitácio Saraiva da Cruz Neto**  
Vereador Autor

#### EMENDAS

##### EMENDA VERBAL ADITIVA 01/2023 – AO PROJETO 104/2023

O respeitável Vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do seu Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao PROJETO DE LEI Nº 104/2023.

**Emenda Verbal Aditiva nº 01 ao Projeto de LEI Nº 104/2023, de 20 de dezembro de 2023, de iniciativa do Poder Executivo Municipal.**

**Art. 1º -** Fica adicionado o §1º ao art. 3º do Projeto de Lei nº 104/2023, com a seguinte redação:

**“Art. 3º - ...**

**§1º** o empreendedor beneficiário dessa isenção, que não cumprir o contrato de execução da obra nos padrões da Caixa Econômica Federal, terá a referida isenção automaticamente suspensa até a sua regularidade.

Palácio Luiz Filgueira Sampaio, Plenário 13 de Junho,  
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barbalha  
em 20 de dezembro de 2023.

**EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES**  
Vereador

#### PARECERES DAS COMISSÕES

##### PARECER Nº 26/2023 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA Parecer sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 100/2023

**AUTORIA:** HAMILTON LIRA

**EMENTA:** INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO JOVEM APRENDIZ NO MUNICÍPIO DE BARBALHA, CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**I. RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Ordinária nº 100/2023, que INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO JOVEM APRENDIZ NO MUNICÍPIO DE BARBALHA, CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS., vem a esta Comissão de Educação, Saúde e Assistência, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

**II. FUNDAMENTAÇÃO.**

As atribuições da Comissão de Educação, Saúde e Assistência vêm definidas no Art. 74, do Regimento Interno, cabendo destacar a função de analisar as proposições que digam respeito aos assuntos educacionais, artísticos, ao patrimônio histórico, desportivos, saúde, saneamento e assistência e previdência social.

Analisando a matéria em tela, verifica-se que quanto à iniciativa, tal propositura preenche os requisitos legais, visto que encontra-se amparado no Art. 84 da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista que compete ao Município legislar sobre o objeto da proposição em deslinde.

**III. CONCLUSÃO**

Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência, nos termos do Art. 74 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto as proposições que digam respeito aos assuntos educacionais, artísticos, ao patrimônio histórico, desportivos, saúde, saneamento e assistência e previdência social.

Quanto à sua origem, verifica-se que a proposição em análise não possui nenhum vício que possa obstruir sua votação, posto que é apresentado pelo agente competente, cumprindo, desta forma, a prerrogativa que lhe é conferida pelo Art. 50 da Lei Orgânica do Município.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de Barbalha dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, art. 50, caput).

Pelos fundamentos declinados neste Parecer, esta Relatoria opina pela adequação do Projeto de Lei Ordinária nº 100/2023, devendo a matéria seguir seu curso regimental.

Barbalha/CE, 20 de Dezembro de 2023

**João Ilânio Sampaio**  
Presidente da Comissão

**Luana dos Santos Gouvêa**  
Membro

**Efigênia Mendes Garcia**  
Membro

**PARECER Nº 106/2023**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E**  
**LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**Parecer sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 91/2023**

**Autoria:** DR. GUILHERME - Prefeito Municipal

**Ementa:** ALTERA OS PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.762/2023 DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Ordinária nº 91/2023, que ALTERA OS PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL

Nº 2.762/2023 DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS., vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

**II. FUNDAMENTAÇÃO.**

O legislador constituinte, no texto do art. 61 da Constituição Federal, estabeleceu os agentes competentes para iniciativa de leis ordinárias e complementares, bem como os casos de iniciativa reservada ao Presidente da República.

Pelo princípio da simetria das normas, a Lei Orgânica do Município de Barbalha, mais precisamente em seu art. 50, considerando a necessidade de reprodução de modelos estabelecidos para a União, no âmbito da Constituição Federal, trata da iniciativa das leis, rezando que:

Art. 50 – a iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

Matérias que dispõem sobre o Processo Legislativo supracitado, cabe a iniciativa a(o) Poder Executivo Municipal, sendo este agente público do ente federado local revestido de competência e legitimidade para tal fim.

No tocante a iniciativa da matéria, fase que deflagrou o seu processo de constituição, é válida, vez que também observa o que preceitua o art. 50 da Lei Orgânica, pela reserva a(o) Poder Executivo Municipal, não apresentando, portanto, qualquer vício de origem ou inconstitucionalidade formal, estando assim em conformidade com a legislação constitucional.

**III. CONCLUSÃO**

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, nos termos do Art. 71 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e a técnica legislativa da proposição.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de Barbalha dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, art. 50, caput).

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Lei Ordinária nº 91/2023, que ALTERA OS PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.762/2023 DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Barbalha/CE, 20 de Dezembro de 2023

**Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior**  
Presidente da Comissão

**Dorivan Amaro dos Santos**  
Membro

**Antônio Hamilton Ferreira Lira**  
Membro

**PARECER Nº 107/2023**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E**  
**LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**Parecer sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 100/2023**

**Autoria:** HAMILTON LIRA

**Ementa:** INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO JOVEM APRENDIZ NO MUNICÍPIO DE BARBALHA, CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária nº 100/2023, que INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO JOVEM APRENDIZ NO MUNICÍPIO DE BARBALHA, CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS., vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

#### II. FUNDAMENTAÇÃO.

O legislador constituinte, no texto do art. 61 da Constituição Federal, estabeleceu os agentes competentes para iniciativa de leis ordinárias e complementares, bem como os casos de iniciativa reservada ao Presidente da República.

Pelo princípio da simetria das normas, a Lei Orgânica do Município de Barbalha, mais precisamente em seu art. 50, considerando a necessidade de reprodução de modelos estabelecidos para a União, no âmbito da Constituição Federal, trata da iniciativa das leis, rezando que:

Art. 50 – a iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

Matérias que dispõem sobre o Processo Legislativo supracitado, cabe a iniciativa a(o) Parlamentar, sendo este agente público do ente federado local revestido de competência e legitimidade para tal fim.

No tocante a iniciativa da matéria, fase que deflagrou o seu processo de constituição, é válida, vez que também observa o que preceitua o art. 50 da Lei Orgânica, pela reserva a(o) Poder Executivo Municipal, não apresentando, portanto, qualquer vício de origem ou inconstitucionalidade formal, estando assim em conformidade com a legislação constitucional.

#### III. CONCLUSÃO

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, nos termos do Art. 71 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e a técnica legislativa da proposição.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de Barbalha dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, art. 50, caput).

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Lei Ordinária nº 100/2023, que INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO JOVEM APRENDIZ NO MUNICÍPIO DE BARBALHA, CEARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Barbalha/CE, 20 de Dezembro de 2023

**Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior**  
Presidente da Comissão

**Dorivan Amaro dos Santos**  
Membro

**Antônio Hamilton Ferreira Lira**

**Membro**

**PARECER Nº 108/2023**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E**  
**LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**Parecer sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 101/2023**

**Autoria:** DORIVAN

**Ementa:** CRIA E DELIMITA O BAIRRO JOSÉ BARRETO SAMPAIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária nº 101/2023, que CRIA E DELIMITA O BAIRRO JOSÉ BARRETO SAMPAIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS., vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

#### II. FUNDAMENTAÇÃO.

O legislador constituinte, no texto do art. 61 da Constituição Federal, estabeleceu os agentes competentes para iniciativa de leis ordinárias e complementares, bem como os casos de iniciativa reservada ao Presidente da República.

Pelo princípio da simetria das normas, a Lei Orgânica do Município de Barbalha, mais precisamente em seu art. 50, considerando a necessidade de reprodução de modelos estabelecidos para a União, no âmbito da Constituição Federal, trata da iniciativa das leis, rezando que:

Art. 50 – a iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

Matérias que dispõem sobre o Processo Legislativo supracitado, cabe a iniciativa a(o) Parlamentar, sendo este agente público do ente federado local revestido de competência e legitimidade para tal fim.

No tocante a iniciativa da matéria, fase que deflagrou o seu processo de constituição, é válida, vez que também observa o que preceitua o art. 50 da Lei Orgânica, pela reserva a(o) Poder Executivo Municipal, não apresentando, portanto, qualquer vício de origem ou inconstitucionalidade formal, estando assim em conformidade com a legislação constitucional.

#### III. CONCLUSÃO

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, nos termos do Art. 71 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e a técnica legislativa da proposição.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de Barbalha dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, art. 50, caput).

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Lei Ordinária nº 101/2023, que CRIA E DELIMITA O BAIRRO JOSÉ BARRETO SAMPAIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Barbalha/CE, 20 de Dezembro de 2023

**Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior**  
Presidente da Comissão



Dorivan Amaro dos Santos  
Membro

Antônio Hamilton Ferreira Lira  
Membro

**PARECER Nº 109/2023**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E**  
**LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**Parecer sobre o Projeto de Resolução nº 33/2023**

**Autoria:** RILDO TELES

**Ementa:** Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências.

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Resolução nº 33/2023, que Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências., vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

**II. FUNDAMENTAÇÃO.**

O legislador constituinte, no texto do art. 61 da Constituição Federal, estabeleceu os agentes competentes para iniciativa de leis ordinárias e complementares, bem como os casos de iniciativa reservada ao Presidente da República.

Pelo princípio da simetria das normas, a Lei Orgânica do Município de Barbalha, mais precisamente em seu art. 50, considerando a necessidade de reprodução de modelos estabelecidos para a União, no âmbito da Constituição Federal, trata da iniciativa das leis, rezando que:

Art. 50 – a iniciativa das leis municipais, salvo nos casos de competência exclusiva, cabe a qualquer membro da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

Matérias que dispõem sobre o Processo Legislativo supracitado, cabe a iniciativa a(o) Parlamentar, sendo este agente público do ente federado local revestido de competência e legitimidade para tal fim.

No tocante a iniciativa da matéria, fase que deflagrou o seu processo de constituição, é válida, vez que também observa o que preceitua o art. 50 da Lei Orgânica, pela reserva a(o) Parlamentar, não apresentando, portanto, qualquer vício de origem ou inconstitucionalidade formal, estando assim em conformidade com a legislação constitucional.

**III. CONCLUSÃO**

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, nos termos do Art. 71 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e a técnica legislativa da proposição.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de Barbalha dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, art. 50, caput).

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa do Projeto de Resolução nº 33/2023, que Concede Título de Cidadão Barbalhense a personalidade que indica e dá outras providências.

Barbalha/CE, 20 de Dezembro de 2023

Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior  
Presidente da Comissão

Dorivan Amaro dos Santos  
Membro

Antônio Hamilton Ferreira Lira  
Membro

**PARECER Nº 15/2023**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS E SERVIÇOS**  
**PÚBLICOS**  
**Parecer sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 91/2023**

**Autoria:** DR. GUILHERME - Prefeito Municipal

**Ementa:** ALTERA OS PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.762/2023 DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Ordinária nº 91/2023, que ALTERA OS PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.762/2023 DA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS., vem a esta Comissão de Educação, Saúde e Assistência, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

**II. FUNDAMENTAÇÃO.**

As atribuições da Comissão de Obras e Serviços Públicos vêm definidas no Art. 73, do Regimento Interno, cabendo destacara função de analisar as proposições que digam respeito a obras, empreendimentos e execução de serviços públicos.

Analisando a matéria em tela, verifica-se que quanto à iniciativa, tal propositura preenche os requisitos legais, visto que encontra-se amparado no Art. 84 da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista que compete ao Município legislar sobre o objeto da proposição em deslinde.

**III. CONCLUSÃO**

Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos, nos termos do Art. 73 do Regimento Interno, pronunciar-se quanto as proposições que digam respeito a obras, empreendimentos e execução de serviços públicos.

Quanto à sua origem, verifica-se que a proposição em análise não possui nenhum vício que possa obstruir sua votação, posto que é apresentado pelo agente competente, cumprindo, desta forma, a prerrogativa que lhe é conferida pelo Art. 50 da Lei Orgânica do Município.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa do Município (LOM, art. 84, caput), sendo atribuição da Câmara Municipal de Barbalha dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Prefeito Municipal (LOM, art. 22, caput), mediante iniciativa legislativa concorrente (LOM, art. 50, caput).

Pelos fundamentos declinados neste Parecer, esta Relatoria opina pela adequação do Projeto de Lei Ordinária nº 91/2023, devendo a matéria seguir seu curso regimental.

Barbalha/CE, 20 de Dezembro de 2023

**Antônio Hamilton Ferreira Lira**  
Presidente da Comissão**Antônio Ferreira de Santana**  
Membro**Eufrásio de Sá Barreto-Farrim**  
Membro**REQUERIMENTOS**

Requerimento Nº 489/2023

**EXELENTEÍSSIMO SENHOR ODAIR JOSÉ DE MATOS,**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**BARBALHA**

Requer que seja enviado ofício à Empresa do Zona Azul de Barbalha, solicitando a apresentação das certidões, federal, estadual, municipal, bem como as relações das dívidas trabalhistas e de ações trabalhistas.

O(A) Vereador(a) abaixo signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, **REQUERER** que seja enviado ofício à Empresa do Zona Azul de Barbalha, solicitando a apresentação das certidões, federal, estadual, municipal, bem como as relações das dívidas trabalhistas e de ações trabalhistas.

Nestes Termos  
Pede e Aguarda Deferimento

**Salas das Sessões** da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará, aos 19 de Dezembro de 2023.

**EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES**  
Vereador do PSDB- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA  
BRASILEIRA

Autor

**MAPA DAS VOTAÇÕES****MAPA DA VOTAÇÃO DA EMENDA VERBAL ADITIVA**  
**Nº 01/2023 DO VEREADOR RILDO TELES****PROJETO DE LEI Nº 104/2023**

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana		X			
Antônio Hamilton Ferreira Lira		X			
André Feitosa		X			

Dorivan Amaro dos Santos		X			
Efigênia Mendes Garcia		X			
Epitácio Saraiva da Cruz Neto		X			
Eufrásio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior		X			
Isac Dié Romão Batista	X				
João Bosco de Lima		X			
João Ilânio Sampaio		X			
Luana dos Santos Gouvêa		X			
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira		X			
	03	11			01

**MAPA DA VOTAÇÃO****PROJETO DE LEI Nº 91/2023**

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa				X	
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia				X	

Epitácio Saraiva da Cruz Neto				X	
Eufrásio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier		X			
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista				X	
João Bosco de Lima				X	
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	07	01		06	01

## MAPA DA VOTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 100/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia	X				
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufrásio Parente de Sá Barreto	X				

Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista	X				
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa	X				
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	14				01

## MAPA DA VOTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 101/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa				X	
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia	X				
Epitácio Saraiva da Cruz Neto				X	
Eufrásio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				

Isac Dié Romão Batista				X	
João Bosco de Lima				X	
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	09			05	01

João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa	X				
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	14				01

## MAPA DA VOTAÇÃO DA URGÊNCIA

## PROJETO DE LEI Nº 104/2023

## MAPA DA VOTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 104/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia	X				
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufrásio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista	X				
João Bosco de Lima	X				

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia	X				
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufrásio Parente de Sá Barreto			X		
Expedito Rildo Cardoso Xavier		X			
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista		X			
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa	X				

Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	11	02	01		01

## MAPA DA VOTAÇÃO DA URGÊNCIA

## PROJETO DE LEI Nº 106/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia	X				
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufrázio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista	X				
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa	X				
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				

	14				01
--	----	--	--	--	----

## MAPA DA VOTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 106/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia	X				
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufrázio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista	X				
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa	X				
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	14				01



MAPA DA VOTAÇÃO DA URGÊNCIA					
PROJETO DE LEI Nº 107/2023					
Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia				X	
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufráasio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista	X				
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	12			02	01
MAPA DA VOTAÇÃO					
PROJETO DE LEI Nº 107/2023					

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia				X	
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufráasio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista	X				
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	12			02	01

MAPA DA VOTAÇÃO DA URGÊNCIA					
PROJETO DE LEI Nº 108/2023					

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia				X	
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufrásio Parente de Sá Barreto	X				
Exedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista	X				
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	12			02	01

## MAPA DA VOTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 108/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO

Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia				X	
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufrásio Parente de Sá Barreto	X				
Exedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista	X				
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	12			02	01

MAPA DA VOTAÇÃO DO PEDIDO DE VISTAS DO  
VEREADOR RILDO TELES

## PROJETO DE LEI Nº 109/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana		X			
Antônio Hamilton Ferreira Lira		X			
André Feitosa		X			

Dorivan Amaro dos Santos		X			
Efigênia Mendes Garcia				X	
Epitácio Saraiva da Cruz Neto		X			
Eufrázio Parente de Sá Barreto				X	
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior		X			
Isac Dié Romão Batista				X	
João Bosco de Lima		X			
João Ilânio Sampaio		X			
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira				X	
	01	08		05	01

## MAPA DA VOTAÇÃO DA URGÊNCIA

## PROJETO DE LEI Nº 109/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				

Efigênia Mendes Garcia				X	
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				
Eufrázio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier		X			
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista				X	
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	10	01		03	01

## MAPA DA VOTAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 109/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa	X				
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia				X	
Epitácio Saraiva da Cruz Neto	X				

Eufrásio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier			X		
Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista				X	
João Bosco de Lima	X				
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	10		01	03	01

Francisco Marcelo Saraiva Neves Júnior	X				
Isac Dié Romão Batista				X	
João Bosco de Lima				X	
João Ilânio Sampaio	X				
Luana dos Santos Gouvêa				X	
Odair José de Matos					X
Vicente Eugênio Pereira	X				
	09			05	01

## PUBLICAÇÕES DO PODER EXECUTIVO

## PUBLICAÇÕES DE ONG'S, PARTIDOS POLÍTICOS E ENTIDADES SINDICAIS

## MAPA DA VOTAÇÃO

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/2023

Vereador(a)	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ABSTENÇÃO	AUSENTE DA VOTAÇÃO	PRESIDENTE DA SESSÃO
Antônio Ferreira Santana	X				
Antônio Hamilton Ferreira Lira	X				
André Feitosa				X	
Dorivan Amaro dos Santos	X				
Efigênia Mendes Garcia	X				
Epitácio Saraiva da Cruz Neto				X	
Eufrásio Parente de Sá Barreto	X				
Expedito Rildo Cardoso Xavier	X				